



A Esquadra de Socorro anglo-portuguesa a Colônia do Sacramento em 1762 – 1763: um relato inédito do capitão William Roberts da fragata *Ambuscade*

The Anglo-Portuguese Relief Squadron to Colonia do Sacramento, 1762 – 1763: an Original Account by captain William Roberts of the frigate Ambuscade

La Escuadra Anglo-portuguesa de Socorro a Colonia del Sacramento, 1762 – 1763: relato inédito del capitán William Roberts de la fragata Ambuscade

Nuno Saldanha¹

Doutor em História da Arte pela Universidade Católica Portuguesa e Mestre em História das Ideias Estéticas pela Universidade Nova de Lisboa. Investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa; Investigador associado da Unidade de Investigação em Design e Comunicação da Faculdade de Design, Tecnologia e Comunicação da Universidade Europeia (UNIDCOM/IADE) e do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa (CHAM/UNL); Acadêmico da Academia de Marinha (Classe de História Marítima) e da Academia Nacional de Belas Artes; e Membro da *College Art Association, New York*.

RESUMO

O falhanço da tentativa de recuperar a Colônia do Sacramento por uma esquadra anglo-portuguesa, tomada em finais de 1762 pelas forças espanholas de Pedro de Cevallos, propiciou ao governador de Buenos Aires um ímpeto de expansão territorial pelo sul do Brasil, com repercussões que atingiram, tanto geográfica como temporalmente, níveis inéditos. Não obstante a significativa bibliografia publicada sobre o assunto, estão ainda por retificar ou esclarecer muitos aspetos deste episódio. O texto

que aqui se apresenta, visa sobretudo aportar novas contribuições para o seu conhecimento, por meio de um relato inédito, redigido por um dos personagens diretamente envolvido no combate, o capitão William Roberts, comandante da fragata inglesa *Ambuscade*.

Palavras-chave: História Naval; Guerra dos Sete Anos; Colônia do Sacramento; Rio da Prata; William Roberts.

*Artigo recebido em 21 de outubro de 2025 e aprovado para publicação em 23 de maio de 2026.

Navigador. Subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 13-42, 2026.

ABSTRACT

The failure of the Anglo-Portuguese squadron's attempt to recapture Colonia do Sacramento, seized in late 1762 by the Spanish forces of Pedro de Cevallos, gave the governor of Buenos Aires fresh impetus for territorial expansion into southeastern Brazil, with repercussions that reached, both geographically and chronologically, unprecedented levels. Despite the considerable body of literature published on the subject, many aspects of this episode still require correction or clarification. The text presented here aims primarily to offer new contributions to its understanding, through an unpublished account written by one of the individuals directly involved in the engagement, the Captain William Roberts, commander of the British frigate Ambuscade.

Keywords: *Naval History, Seven Years' War; Colonia del Sacramento; River Plate; William Roberts.*

RESUMEN

El fracaso del intento de recuperar Colonia del Sacramento por una escuadra anglo-portuguesa, tomada a finales de 1762 por las fuerzas españolas de Pedro de Cevallos, proporcionó al gobernador de Buenos Aires un impulso para la expansión territorial hacia el sureste brasileño, con repercusiones que alcanzaron, tanto geográfica como temporalmente, niveles inusitados. A pesar de la significativa bibliografía publicada sobre el tema, todavía quedan por rectificar o esclarecer muchos aspectos de este episodio. El texto que aquí se presenta tiene como objetivo principal aportar nuevas contribuciones a su conocimiento, a través de un relato inédito redactado por uno de los protagonistas directamente implicados en el combate: el capitán William Roberts, comandante de la fragata inglesa Ambuscade.

Palabras clave: *Historia Naval, Guerra de los Siete Años; Colonia del Sacramento; Río de la Plata; William Roberts.*

INTRODUÇÃO

A Guerra da Cisplatina (1825-1828) não se constituiu como um mero fato isolado, fruto de razões subjacentes a uma ambição territorial inédita do Império do Brasil. Ela representa o culminar de um processo de longa duração, marcado por recorrentes disputas pela posse dos territórios situados entre os Rios Uruguai e da Prata, região estratégica tanto do ponto de vista geopolítico como econômico, e pela definição e consolidação das fronteiras ao sul do novo Estado. O conflito que opôs o Império brasileiro aos revoltosos cisplatinos, apoiados pelas Províncias Unidas do Rio da Prata (atual Argentina), resulta naturalmente da herança das sucessivas disputas militares e diplomáticas que se desenrolaram ao longo de três séculos, desde o estabelecimento da Colônia do Santíssimo Sacramento (ou, simplesmente,

Colônia do Sacramento), em 1680, e que colocaram em constante confronto as Coroas de Portugal e Espanha.

Este estudo pretende debruçar-se sobre um desses momentos cruciais do conflito, que ocorreu entre o final de 1762 e o início de 1763, quando, em resposta à nova ocupação espanhola da Colônia, uma operação naval anglo-portuguesa, com forças de desembarque luso-brasileiras, tentou recuperar aquela praça. O episódio em análise inscreve-se, em termos cronológicos, no âmbito da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), apesar de escassamente tratado pela historiografia dedicada ao tema, configurando o único caso que documenta a projeção deste conflito de escala global no território do continente sul-americano. À semelhança do que sucedeu com a denominada Guerra Fran-

co-Indígena, na América do Norte, o confronto europeu repercutiu igualmente no espaço americano, assumindo nessa região características e dinâmicas próprias.

Embora mencionado e descrito por diversas vezes, o evento que aqui pretendemos tratar, associado à tentativa de recaptura de Sacramento, em 1763, é vulgarmente conhecido como o “Incêndio e Naufrágio do *Lord Clive*”, graças à obra publicada pelo investigador uruguaio Adolfo Kunsch Oelkers com Juan Antonio Várese em 2003 (OELKERS; VÁRESE, 2003), fruto das suas pesquisas iniciadas em 1997.

Mais recentemente, entre 2015 e 2022, o assunto ganhou renovado interesse, no campo da arqueologia marítima e da opinião pública, com a pretensa localização dos restos do navio pelo “caçador de tesouros” argentino Rubén Collado (fal. 2022) e seu projeto de resgate, nunca concretizado em face da impossibilidade de angariar os custos inerentes (estimados em US\$ 5 milhões) e de o governo do Uruguai ter posto fim às concessões de exploração do patrimônio subaquático.

Esse período, embora tenha dado origem a diversas páginas e artigos de imprensa, blogs e relatos nas redes sociais, em grande parte dos casos repletos de fantasias, conjecturas e imprecisões, também viu surgir alguns bons trabalhos acadêmicos, como os de Kühn (2017), Possamai (2006) e Prado (2002).

Não obstante, o despertar de atenções sobre este assunto, também culminou no relevante projeto que levou à criação do Museo Virtual de Colonia del Sacramento, inaugurado naquela cidade em abril de 2022. O arquiteto Daniel Thul Dalmás desenvolveu com a sua equipe um trabalho solicitado por Rodrigo de Oliveira Torres, responsável pela investigação do patrimônio cultural marítimo e subaquático, e pelo Centro de Investigação do Patrimô-

nio Costeiro do CURE (Centro Universitario Regional del Este), que está associado à Universidad de la Republica (UdelaR), com vista à elaboração de uma reconstituição virtual da Colônia do Sacramento em 1763, e do navio *Lord Clive*, assente em documentação histórica.

Naturalmente, o assunto é de extrema complexidade, mormente tendo em conta que os relatos desse episódio são muito diversos, por vezes contraditórios, raramente citando fontes ou documentação que os suportem. Por outro lado, também se observa — com algumas das exceções referidas (destaque para Possamai) — que se tem recorrido quase em exclusivo a fontes hispano-americanos, que acabam por privilegiar narrativas, por vezes empoladas, com perspectivas unilaterais.

O nosso objetivo não é, naturalmente, o de aqui esgotar o assunto, que atingiria uma proporção inadequada a um artigo, mas dar a conhecer uma parcela de um estudo mais amplo que estamos a desenvolver, no sentido de que ele possa contribuir para uma clarificação dos eventos ocorridos.

Pegando numa citação de Adolfo Oelkers e Várese, onde se afirma que,

No se dispone de datos acerca de las averías en los buques [Ambuscade e Nossa Senhora da Glória e S. Anna], pero es fácil imaginar que los cañones perfectamente fijos en tierra, apuntando a grandes buques casi quietos entre sus anclas, producirían multitud de daños en cascos y aparejos. De las bajas y daños sufridos por el navío portugués en su combate con el baluarte San Miguel tampoco se ha hallado información, por lo que cabe suponer que no hayan sido muy serios. (OELKERS; VÁRESE, 2003, p. 44-45)

propusemo-nos aqui tentar colmatar esta lacuna com a apresentação de um

relato do capitão de mar e guerra William Roberts (também conhecido, na Armada portuguesa, como Guilherme Roberts e mencionado, por vezes, como William Roberto), dirigido aos proprietários dos navios *Lord Clive* e *Ambuscade*, John Cook, Samuel Waller e John Hutchinson, datado de 11 de junho de 1763, comentado e colmatado com outras fontes da época.

Para além da narrativa autobiográfica, esse importante manuscrito é acompanhado de uma lista de todas as baixas (mortos e feridos) a bordo do *Ambuscade*, no dia 6 de janeiro, com a sua situação clínica detalhada, que constitui um inédito e importante documento, enquanto corrige os números empolados que têm sido apontados.²

A COLÔNIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO – UM CONFLITO SECULAR

Nesta seção, pretendemos esboçar uma súpula do conflito, e sua importância, no sentido de contextualizar os eventos de 1762-1763, sem naturalmente qualquer pretensão de esgotar o assunto, já extensivamente tratado por diversos autores.³

A história da região do Rio da Prata, entre os territórios que hoje correspondem à Argentina e ao Uruguai, foi marcada, ao longo de três séculos, por um intenso processo de confrontação geopolítica entre os impérios ibéricos, ao qual se somaram interesses econômicos emergentes, presenças militares e rearranjos de fronteiras territoriais, no que poderíamos eventualmente designar como a “Guerra dos Cem Anos” sul-americana.

Neste quadro, a Colônia do Santíssimo Sacramento (também designada como Nova Colônia), fundada em 1680, assume um papel central, não apenas como ponto de litígio militar e diplomático, mas

como espaço de contato e intercâmbio econômico e cultural que subvertia, por vezes, as próprias delimitações impostas pelas metrópoles.

A sua fundação — situada estrategicamente na margem norte do estuário do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires — foi uma iniciativa da Coroa portuguesa com o intuito de estabelecer uma presença duradoura na região, em aberta contestação ao domínio espanhol. A ocupação portuguesa foi interpretada pelas autoridades de Buenos Aires como uma violação do Tratado de Tordesilhas (1494), o que motivou uma reação militar imediata. Logo, em 1680, a colônia foi tomada pelas forças espanholas sob o comando de Juan de Garro, sendo aprisionado o governador português Manuel Lobo. Contudo, a geopolítica europeia rapidamente se impôs, e o Tratado Provisional de Lisboa (datado de 1681, mas concretizado só em 1683)⁴ instava a Espanha a restituir a colônia a Portugal, evidenciando o papel central da diplomacia europeia na definição de fronteiras coloniais na América do Sul (BOXER, 1981, p. 287).

A instabilidade política de Colônia reflete esta dinâmica das relações políticas, militares e econômicas da Europa. Durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1701-1715), a alteração da diplomacia portuguesa, com a substituição da inicial aliança francesa pela inglesa, e a consequente adesão ao partido do arquiduque Carlos (Carlos III), levaria a praça a ser novamente atacada e ocupada pelos espanhóis, em 1705. Mais uma vez, pelo segundo Tratado de Utrecht (1715), ela é restituída à posse portuguesa, o que se efetivaria em novembro de 1716.

Para além da restituição, prevista no respetivo tratado,⁵ tentavam-se resolver algumas questões relacionadas com as transações comerciais ilícitas e o prejuízo

inerente ao monopólio comercial da Coroa espanhola. Consagrava-se assim, no seu artigo VI, que,

Sua Magestade Portuguesa se obriga a não consentir, que alguma Nação de Europa, que não seja a Portuguesa, se possa estabelecer, ou commerciar na dita Colonia directa nem indirectamente, por qualquer pretexto que for, e muito menos dar mão e ajuda a qualquer Nação Estrangeira, para que possa introduzir Commercio algum nos domínios, que pertencem á Coroa de Hespanha, o que também está prohibido aos mesmos Vassallos de sua Magestade Portuguesa. (TRATADO..., 1715, p. 7)

Esse artigo, parece estar em clara oposição às ambições britânicas, decorrentes da abertura dos mercados portugueses aos produtos manufaturados dos ingleses, negociadas quando da adesão de Portugal à Grande Aliança.

Outro dos aspetos mais interessantes do tratado, é o seu artigo VIII, onde se propunha a possibilidade de o território da Colônia do Sacramento poder ser trocado por outro, mantendo assim a Espanha a sua posse efetiva:

Ainda que Sua Magestade Catholica ceda desde logo a Sua Magestade Portuguesa o dito Território, e Colonia do Sacramento na forma do precedente Artigo; com tudo poderá offerecer um Equivalente pella dita Colonia, o qual seja da satisfação, e agrado de Sua Magestade Portuguesa; e para esta offerta se limita o termo de Anno e meyo desde o dia da Ratificação deste Tratado; com declaração que se o dito Equivalente for approved por Sua Magestade Portuguesa, ficará o dito Território e Colonia pertencendo a Sua Magestade Catholica, como se o não houvera restituído e cedido. E se Sua Magestade Portuguesa não aceitar o

dito Equivalente, ficará possuindo o referido Território e Colonia, como no Artigo precedente se declara. (TRATADO..., 1715, p. 7)

O prazo dado para esta permuta era de um ano e meio, mas não temos registro de que tenha sido apresentada qualquer proposta nesse sentido, pelo que se manteve a restituição da colônia. Não deixa, contudo, de ser curioso o fato dessa ideia vir a ser retomada, mais tarde, em 1750, com a assinatura do Tratado de Madrid, que previa precisamente a troca da Colônia do Sacramento pelos territórios espanhóis dos Sete Povos das Missões.

Diversamente do que tem sido referido com frequência, o tratado não estabelecia quaisquer limites territoriais à Colônia, nem a ideia, até hoje repetida, de que a sua área de expansão devia circunscrever-se à distância de um tiro de canhão a partir dos muros da fortaleza. Aliás, este argumento, recorrentemente usado pelas autoridades espanholas, foi desde cedo contrariado pelo governador da Colônia do Sacramento, Manuel Gomes Barbosa, em 1716. Na sua tomada de posse, instava os comissários espanhóis a retirarem a Guarda do Rio São João, que ficava a 5 léguas (cerca de 30 km) de distância, o que foi negado pelo governador de Buenos Aires, baseando-se precisamente nessa ideia de delimitação. (POSSAMAI, 2010, p. 24). O governador Barbosa procedeu às obras de reconstrução da fortaleza, executada pelo tenente-general José Vieira Soares.

Pouco tempo depois, o seu sucessor, o governador António Pedro de Vasconcelos, dirigiu-se ao Conselho Ultramarino para que se esclarecesse esta interpretação abusiva do tratado. Em resposta, o Conselho recomendava a d. João V que,

“se deve por em pratica na Corte de

Madrid as negociações que aponta o Governador António Pedro de Vasconcelos, mandando Vossa Majestade queixar-se pelo nosso Ministro na dita Corte, ao mesmo tempo do excesso do Governador de Buenos Aires, em querer interpretar tão mal o tratado da paz ajustada em Utrecht, disputando que o uso da Campanha para os vassallos desta Coroa se limite só ao que se estende o tiro de Canhão, quando manifestamente se mostra por ele haver cedido El Rei Católico a Vossa Majestade, a Praça da Nova Colônia e o seu território”.⁶

Um manuscrito, intitulado “*Demonstracion Convicente de la Extension del Territorio, en que está situada la Colonia del Sacramento*”, é claro na denúncia desta ideia ter sido inventada pelo governador de Buenos Aires, que se recusava a aceitar os postulados do Tratado de 1715:

No encontrarón estas órdenes tanta exaccion en la obediencia del governador de Buenos Ayres, como tuvieron en su origen; porque el fué el inventor de la interpretacion, de que el Territorio no se extendia más que al tiro de cañon; y pudo tanto su opinion, que llegó a ser adoptada por el Marquez de Grimaldo en carta, que sobre este assumpto escribió a D. Luís de Acunha (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, 1725-1726, f. 2).⁷

Esta devolução da colônia não agradou naturalmente à generalidade dos espanhóis de Buenos Aires, que tudo fizeram para conter e limitar a presença portuguesa na margem oposta do Rio da Prata e que ela se consolidasse. E, a partir deste momento, parece que a sua posição tornou-se cada vez mais hostil e agressiva. Exemplo disso foi o ataque de 1723 a Montevideu, a cerca de 180 km a leste de Sacramento, em plena oposição à atitude demonstrada no início do século, quando o próprio governador de Buenos

Aires, Manuel del Prado, solicitara aos portugueses que fortificassem Montevideu perante a ameaça dos holandeses. Para Helio Martins e Lucas Boiteaux, isto era uma clara prova do reconhecimento “de ser, até então, a Banda Oriental toda pertencente a Portugal” (MARTINS; BOITEAUX, 2002, p. 171).

Ao mesmo tempo que fundavam uma nova cidade, os espanhóis começaram a povoar as regiões mais interiores, em torno de Sacramento, para obstar a sua expansão.

Apesar da frágil paz estabelecida após a referida devolução em 1715, pelo Tratado de Utrecht, persistiam disputas territoriais e econômicas que dificultavam a normalização das relações entre os dois impérios.

Com a tomada de posse do governador Miguel Salcedo, a situação volta a se complicar quando este faz saber ao governador de Colônia que tinha ordens de resolver a questão dos limites territoriais, invocando os artigos 5º e 6º do Tratado de 1715 que, como vimos, nada diziam sobre o assunto:

Luego que el citado Governador tomó possession de su governo, que fue a principio del año 1734 hijo saber al Governador de la Colonia del Sacramento las ordenes que se le havian dado para arreglar de acuerdo y buena Correspondencia la demarcacion de los limites, reduicendose al tiro de Cañon de la Plaza en conformidad de los artículos 5º y 6º del Tratado de Utrecht. (BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, “*Relacion delo acaecido en Buenos Ayres desde el ingreso a aquel governo del Brigadier D. Miguel Salcedo acerca de arreglar los limites de la Colonia del Sacramento*”, 1736)⁸

Perante a oposição do governador da Colônia, Salcedo achou que poderia resolver a situação por meio da força, dan-

do início a um longo cerco, entre 1735 e 1737,⁹ energicamente frustrado pela ação de António Pedro de Vasconcelos.

Após isto, e o regresso à tranquilidade, a Colônia do Santíssimo Sacramento consolidou-se como um importante centro de comércio e contrabando no contexto das tensões luso-espanholas. Durante esse período, expandiu a sua estrutura urbana e reforçou as suas defesas, enquanto o comércio, sobretudo o ilícito, florescia, graças à conivência de autoridades locais e à crescente procura de bens manufaturados no interior do Vice-Reino do Prata.

O auge dessa conjuntura levou à assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, que se pautava por uma tentativa diplomática ambiciosa de redefinir as fronteiras coloniais com base no princípio do *uti possidetis*, reconhecendo, por exemplo, a soberania portuguesa sobre a Amazônia e trocando a Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, na parte norte do Rio Grande de S. Pedro, e bem longe do Rio da Prata. A aplicação do tratado, no entanto, revelou-se complexa e conflituosa, sobretudo pela resistência dos indígenas guaranis e pela oposição da Companhia de Jesus à transferência das missões para o controle português. A Guerra Guaranítica (1754 – 1756) inviabilizou a execução plena do acordo, expondo as fragilidades da diplomacia imperial face às realidades locais. Como resposta ao fracasso do tratado e à escalada de tensões, Portugal e Espanha anularam formalmente os seus efeitos por meio do Tratado de El Pardo, assinado em 1761, que restaurava o *status quo* ante e reabria, uma vez mais, a disputa em torno da Colônia do Sacramento e da fronteira platina.

O império espanhol não parecia querer abdicar do controle total da região, invocando, até 1777, o desrespeito português pelo Tratado de Tordesilhas, assinado há

perto de 400 anos.

Como veremos adiante, a entrada da Espanha no conflito global da Guerra dos Sete Anos, em 1762, ao lado da França, em oposição à aliança luso-britânica, serviu de justificação para que as forças do governador da Província de Buenos Aires, Pedro de Cevallos (1715 – 1778), atacassem e tomassem novamente a Colônia do Sacramento, em outubro desse ano.

Em 1763, o Tratado de Paris confirmou, mais uma vez, a posse portuguesa, mas o conflito prolongar-se-ia pelas terras do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, com uma crescente pressão espanhola sobre os territórios brasileiros, que só terminariam com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso (1777), que finalmente transferiu a colônia para o domínio espanhol, encerrando este ciclo de reconquistas (PRADO, 2002, p. 185; OLIVEIRA, 2006, p. 214).

Esse desfecho, contudo, não significou o fim do protagonismo da região do Prata nos assuntos imperiais. A criação do Vice-Reino do Rio da Prata, em 1776, procurou reforçar o controle espanhol sobre uma área vulnerável à influência portuguesa e britânica. A mudança foi parcialmente eficaz, mas não impediu que, no século XIX, a Banda Oriental (território correspondente ao atual Uruguai) se tornasse palco de novas lutas independentistas. A ocupação luso-brasileira da região em 1816, durante o período de exílio da Corte portuguesa no Brasil, marcou um novo capítulo na luta pela definição do espaço platino (COUTO, 2001, p. 139).

Como se verifica, para o período que aqui tratamos, ao longo do século XVIII, a Colônia do Sacramento foi objeto de um ciclo quase permanente de conquistas, reconquistas e tratados diplomáticos que a devolviam alternadamente às coroas de Lisboa e Madrid. A sua importância estratégica explica-se pela localização geográ-

fica privilegiada, que permitia controlar o tráfego fluvial e marítimo na entrada do Rio da Prata, e também pela sua função econômica. Sacramento tornou-se, desde o início, um entreposto fundamental para o comércio entre impérios (legal e clandestino), entre o Brasil, as possessões espanholas do Vice-Reino do Peru (e, mais tarde, do Vice-Reino do Prata) e os comerciantes europeus, particularmente britânicos e holandeses (PRADO, 2002, p. 185; JUMAR, 2004, p. 170).

O peso da Colônia do Sacramento na história da região ultrapassa, assim, o seu reduzido espaço físico. Funcionou como nó de articulação entre duas formas distintas de colonização e como símbolo de um conflito geopolítico que envolvia não apenas Portugal e Espanha, mas também o Reino Unido, os interesses crioulos e, mais tarde, os projetos nacionais emergentes na América do Sul. A sua história é exemplo paradigmático de como a rivalidade entre impérios, a resistência local e os interesses econômicos transnacionais entrelaçaram-se de forma complexa, contribuindo para moldar as fronteiras políticas e econômicas sul-americanas.

A GUERRA DOS SETE ANOS ATINGE O CONTINENTE SUL-AMERICANO

Como referimos, a entrada na guerra dos dois reinos ibéricos, em 1762, em lados opostos, acabaria por servir de justificação à Coroa espanhola, pela mão de Pedro de Cevallos, a tomar pela força aquilo que o Tratado de Madrid (1750) — embora anulado em 1761 — não tinha conseguido e para a qual o novo governador já vinha se preparando desde a sua nomeação, em 1757. O que distingue esse ataque dos precedentes é o de ter atingido uma escala e repercussões significativamente maiores, indo bem além do território circunscrito da Colônia do Sacramento e da cronologia particular da Guerra dos Sete Anos Fig. 1.

A facilidade na tomada da Colônia, assim como a incapacidade demonstrada na sua tentativa de recuperação, serviriam de suporte ao projeto de Cevallos, estendendo a sua campanha de conquistas mais para nordeste, ao longo da costa atlântica, ocupando os territórios do Rio Grande de S. Pedro (Rio Grande do Sul).

Não obstante a Espanha ser novamente obrigada a devolver a praça, pelos artigos do Tratado de Paris, assinado em fevereiro de 1763, o mesmo não sucedeu com as outras regiões ocupadas do Brasil. Isto levaria ao prolongamento do conflito por

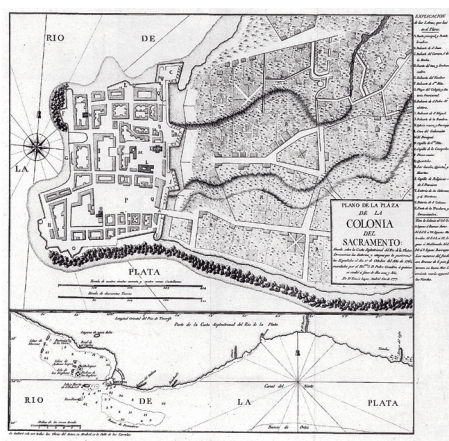


Figura 1 – Tomás López, *Plano de la Plaza de la Colonia del Sacramento...* el día 1º de Octubre del Año de 1762, mapa, 1777. Domínio público.

mais 14 anos, até 1777, quando Cevallos, regressado a Buenos Aires, agora como vice-rei do Rio da Prata, invadir a Ilha de Santa Catarina e recapturar Sacramento, naquilo a que se designa como a Segunda Expedição de Cevallos, ou a Guerra Hispano-Portuguesa (1776 – 1777).¹⁰

A conquista de 1762 não só deu azo a consequências com proporções inéditas, tanto geográficas quanto temporais, como colocava mesmo em risco a permanência do Brasil sob a alçada da Coroa portuguesa e a sua integridade territorial.

Para além do projeto de ocupação da Colônia do Sacramento, do Rio Grande de S. Pedro e da Ilha de Santa Catarina, fazendo uso do Pacto de Família, Cevallos tentou atrair para o conflito os aliados franceses, cujas perdas no norte do continente americano foram desastrosas.

A ideia, sancionada por Luís XV, era repartir o Brasil pelas coroas espanhola e francesa, ficando a região de Santa Catarina até ao Prata para os primeiros e o Rio de Janeiro até Salvador para o novo vice-reinado francês. Sabemos que se começaram a fazer secretamente os preparativos para a invasão, cuja força, de 22 navios e mais de 5 mil homens, seria comandada pelo conde d'Estaing,¹¹ que estivera em missão de espionagem na Baía de Guanabara em 1757 e a quem seria entregue o futuro vice-reinado (BICALHO; MARIZ, 2009, p. 107 – 112).¹²

Essa conjugação de forças hispano-francesas, atacando em diversas frentes (sul, sudoeste e ocidental) teriam sido muito dificilmente sustidas pelas forças luso-brasileiras, mormente sem o apoio da Inglaterra.¹³ Felizmente, o projeto foi cancelado a tempo, face à assinatura em Fontainebleau dos preliminares da paz, em novembro de 1762, e confirmados no Tratado de Paris do ano seguinte. Mais uma vez, as debilidades militares eram

superadas pela força da diplomacia.

OS PREPARATIVOS DA EXPEDIÇÃO AO RIO DA PRATA. DE LONDRES A LISBOA

Uma das ideias que tem sido divulgada, de forma explícita ou implícita, é a de que este episódio constituiu o que designam de “primeira Invasão inglesa”, precedendo as invasões a Buenos Aires de 1806 e 1807.¹⁴ Segundo ela, tratava-se de um projeto elaborado pelas coroas britânica e portuguesa, envolvendo a British East India Company, cujo objetivo era, segundo relata Juan Marchena Fernández,

conquistar Buenos Aires y toda su región, que quedaría para la Corona inglesa, mientras la orilla oriental del Plata sería para Portugal, y la Compañía recibiría el monopolio de su comercio (a cambio pagaría los gastos de la operación, unas cien mil libras esterlinas, y las naves, que compraría al Almirantazgo). (FERNÁNDEZ, 2025, p. 54)

Outra descrição dos antecedentes, repetida por alguns autores, como Oelkers (OELKERS, 2003, p. 26-27), ou Buschiazzo (BUSCHIAZZO, 2025, p. 176-177), refere que se preparou em Londres uma expedição financiada por alguns particulares e pela Companhia das Índias Orientais (EIC), com o apoio de Portugal e da Grã-Bretanha, para atacar Buenos Aires, usando como base de apoio a praça da Colônia do Sacramento.

Na base desta opinião, estava uma alegada proposta do embaixador português na Corte londrina — talvez Martinho de Melo e Castro (na altura, enviado extraordinário) ou, possivelmente, António Álvares da Cunha, 1º conde da Cunha (embaixador extraordinário em 1761) — ao gabinete britânico de Thomas Pelham-Holles, 1º du-

que de Newcastle.¹⁵ Contudo, até à data, desconhecemos qualquer fundamento documental que sustente os dados e alegações sobre quem esteve efetivamente envolvido na base dessa iniciativa.

Alguns investidores privados teriam constituído uma sociedade por ações, angariando cerca de 60 mil libras (OELKERS, 2003, p. 26),¹⁶ que serviriam para a aquisição dos navios necessários e seu armamento, bem como para o recrutamento das tripulações. O relato de William Roberts, aqui tratado, permite-nos identificar alguns desses investidores, como John Cook, Samuel Waller e John Hutchinson, que eram proprietários dos dois navios adquiridos, o *Lord Clive* e o *Ambuscade*.

Quanto aos seus objetivos e argumentos, parecem-nos estar descritos de forma clara num texto da época, publicado em 1763 (eventualmente de Edmund Burke), que o inscreve no contexto dos interesses britânicos, das conquistas de Havana e das Filipinas, contra os domínios e comércio espanhóis:¹⁷

Tendo-nos tornado senhores de Havana e tomado medidas para a conquista das Filipinas, julgou-se oportuno incentivar alguns aventureiros particulares a acrescentar, às nossas outras operações contra o comércio espanhol, um ataque à colônia de Buenos Aires. Isto estava de acordo com o espírito combativo com que a guerra tinha sido conduzida em várias campanhas. Existiam também razões adicionais de peso. Buenos Aires não era, em si, tão visada por motivos lucrativos; embora, também nesse aspeto, fosse desejável. Tornava-se importante pela sua localização. Por um lado, de todas as colônias espanholas, era a que se encontrava mais convenientemente situada para que o inimigo pudesse molestar os estabelecimentos dos nossos aliados portugueses; por outro, se conseguíssemos conqui-

tá-la, Buenos Aires ofereceria uma base extremamente bem-adaptada para empreendimentos contra todo o comércio e domínios espanhóis no Mar do Sul. Além disso, a sua fortificação não estava à altura da importância estratégica do local. (ANNUAL REGISTER, 1763, p. 15-18)

Esse plano está perfeitamente de acordo não só com a extraordinária expansão da Grã-Bretanha, resultante da Guerra dos Sete Anos, como também dos interesses que os ingleses sempre demonstraram naquela região sul-americana.

Apesar da inexistência de uma presença colonial britânica formal na região, a inserção de mercadores e investidores nos circuitos económicos da América do Sul fez-se, entre 1715 e 1737, por intermédio da South Sea Company, entidade que lhes facultou acesso privilegiado aos mercados sob domínio espanhol. Com o termo do Asiento britânico no Rio da Prata, em 1737, tais agentes comerciais não abandonaram a esfera de influência económica local, desenvolvendo estratégias de adaptação que incluíram, em alguns casos, a conversão ao catolicismo como meio de integração social e a mobilização de redes comerciais e políticas de matriz luso-brasileira, tanto no espaço colonial português do Brasil como na praça estratégica da Colônia do Sacramento (PRADO, 2021, p. 92).¹⁸

No entanto, algo que tem sido ignorado, é o fato destas ambições territoriais britânicas terem sido prontamente rejeitadas pelas autoridades portuguesas. O contrato estabelecido no Rio de Janeiro, a 19 de outubro de 1762, entre o governador Gomes Freire de Andrade, conde de Bobadela, e os comandantes das naus inglesas, João Macnamara¹⁹ e Guilherme Roberto, é claro sobre isso:²⁰

que todo o tesouro, e efeitos qual-

quer que sejam, que forem tomados pelas forças juntas de S. Magestade Fidelíssima e S. Magestade Britânica, sejam sobre o Rio da Prata, ou em terra do mesmo, ou em outra parte pertencente a Sua Magestade Católica, ou a seus súbditos, ou Aliados, hão de ser repartidos na forma seguinte; a saber, huma terça parte da mesma a quem eu o Conde de Bobadella hei de ordenar, e duas partes da mesma aos ditos Comandantes João Macnamara e Guilherme Roberto, Cavalheiros. [...] Ultimamente também temos convindos, eu, e os sobreditos Comandantes, que todo, e qualquer território, que se possa tomar aos inimigos no Rio da Prata, ficarão pertencendo, e entregues às Armas de S. Magestade Fidelíssima. Rio de Janeiro dezanove de Outubro de mil sete centos e sessenta e dous. Conde de Bobadella. (AHU, Conselho Ultramarino, 1763, f. 19-20)

Feitas as diligências necessárias para reunir a tripulação,²¹ foram então adquiridos e equipados dois antigos navios à Royal Navy, o HMS *Kingston*, e a fragata HMS *Ambuscade*. O primeiro era um navio de quarta classe (*Fourth Rate*), de 60 peças, construído por Peirson Lock, lançado em Plymouth em 1740, que cumpriu diversas missões no Mediterrâneo e na América do Norte, durante o início da Guerra dos Sete Anos. Foi vendido, ao fim

de 22 anos de serviço, em Chatham, a 14 de janeiro de 1762, por um preço bastante reduzido, de apenas £1.800,22 sendo rebatizado como *Lord Clive* pelos novos proprietários (WINFIELD, 2007, p. 328). O seu comando foi entregue ao capitão John Macnamara, que servira na *British East Indian Company*, sendo nomeado chefe da frota.

O segundo, que nos interessa particularmente para este estudo, era a fragata *Ambuscade*, que ficou sob o comando do capitão William Roberts Fig. 2. Inicialmente designada *Embuscade*, era uma das longas fragatas francesas de 8 libras, de 38 peças, desenhada por Pierre Chaillé, construída nos estaleiros do Havre, em 1745. Capturada pelo HMS *Defiance* no Canal da Mancha, em abril de 1746, entrou ao serviço da Royal Navy como uma *Fifth Rate*. Sofreu diversos reparos ao longo do tempo e foi vendida a 9 de fevereiro, por £805.²³ (WINFIELD, 2007, p. 448-449). Embora fraca no tocante ao seu armamento — 26 de 8 libras (£), mais 12 de 4 £, aumentados para 26 de 12 £ depois de capturada —, era uma fragata extraordinária, quase das mesmas dimensões do *Lord Clive*, com apenas menos 3 metros de comprimento, e 1,7 metros de largura.

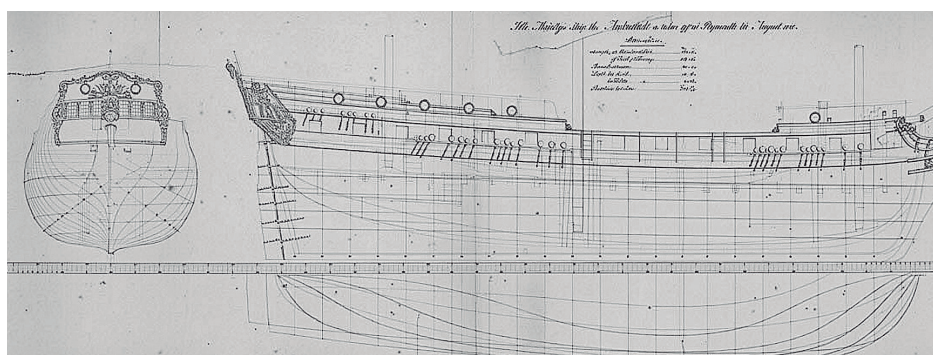


Figura 2 – HMS *Ambuscade*, ca. 1746. Plano de navio, 515 mm x 1400 mm.
© National Maritime Museum, Greenwich, Londres, ID: ZAZ2265.

Os navios corsários, levando a bordo 700 voluntários (OELKERS, 2003, p. 27; BUSCHIAZZO, 2025, p. 177), partiram finalmente de Londres, em julho de 1762, dirigindo-se a Lisboa, onde terão aportado em agosto. Enquanto a esquadra estava estacionada em Lisboa, os ingleses conquistavam Havana e, no mês seguinte, seguia-se Manila.

Na capital portuguesa, Macnamara alegadamente recebeu o cargo de chefe de esquadra e os outros oficiais ingleses, as patentes correspondentes aos seus postos (OELKERS, 2003, p. 27), naturalmente para que estivessem isentos da acusação de pirataria, caso fossem capturados, assim como de instruções para o governador do Brasil os auxiliar no que fosse necessário. Não conhecemos qualquer documento que comprove este estatuto outorgado a Macnamara, embora ele passe a ser referido como capitão de mar e guerra, diversamente do que sucede com William Roberts, confirmado pelo *Livro Mestre da Corporação dos Oficiais da Marinha*, onde é nomeado capitão de mar e guerra da Armada Real, a 25 de agosto de 1762:²⁴

Vindo de Inglaterra, entrou no Serviço da Armada Real por Carta Regia de data de 25 de Agosto de 1762, no qual o declarava S. Magestade Capitão de Mar e Guerra, em quanto se lhe não expedisse a sua Patente por não Caber no tempo apromptarelhe antes da expedição a que sahia deste Porto de Lisboa, em Serviço do mesmo Senhor.

Expediose-lhe a Patente de Cappitão de Mar e Guerra por Decreto de Sua Magestade de 15 de Março de 1764, Patente de 17, Cumpra-se de 21, Intervenção de 25, e Praça do mesmo dia. Nota: Falecido em 10 de Novembro de 1784. (BIBLIOTECA CENTRAL DA MARINHA, 1762, p. 31)

O capitão Guilherme Roberts (como aqui ficaria conhecido) entrava assim ao serviço da Armada portuguesa, que não abandonaria até a sua morte, em 1784, ao fim de mais de vinte anos, tendo comandado várias fragatas e mesmo a conhecida nau *Santo António* e *S. José* (futura *D. Pedro I*), em 1781, quando da “esquadra Sanches de Brito”, de socorro a Inglaterra.

O seu relato dos acontecimentos tem início precisamente neste momento, quando o *Ambuscade* encontrava-se estacionado no Tejo. Por esta ocasião, houve um motim a bordo, talvez motivado por divergências acerca da divisão do ambicionado saque, em que esteve envolvido o seu contramestre, John Hogis:

Nada de importância nos aconteceu até aqui, salvo ter eu descoberto que o meu contramestre, John Hogis, era um dos principais cabecilhas de um motim ocorrido a bordo do *Ambuscade*, enquanto eu me encontrava em terra, em Lisboa. Com o conselho do Capitão McNamara, decidi enviá-lo para terra como prisioneiro, a fim de ser julgado por pirataria, pois dispunha de fortes provas contra ele.

Alguns destes desertores insubordinados foram presos em Cascais e, mais tarde, libertados e entregues às autoridades britânicas, sendo embarcados no HMS *Blonde*.²⁵

O RELATO DO CAPITÃO GUILHERME ROBERTS

A descrição que Roberts faz dos eventos consiste na cópia de uma carta redigida aos proprietários dos dois navios britânicos, John Cook, Samuel Waller e John Hutchinson, redigida a 9 de abril de 1763, três meses após o conturbado regresso do *Ambuscade* ao Rio de Janeiro. Não se trata, naturalmente, de um relato exaustivo dos acontecimentos, mas de um resumo dos principais eventos que, apesar de al-

gumas lacunas, possui bastante informação importante, sobretudo por se tratar do testemunho de quem os viveu na primeira pessoa. Alguns desses excertos serão colmatados ou confrontados com dados de outras fontes coevas, mormente a relação autobiográfica do comandante português Vasco Fernandes Pinto e Alpoim.

Roberts começa por afirmar que chegaram ao Rio de Janeiro a 3 de novembro de 1762 (e não no primeiro de outubro, como referem outros autores), portanto, pouco depois de Cevallos ter finalmente entrado na Colônia do Sacramento, ao fim de um mês de assédio.

Menciona as credenciais trazidas da Corte de Lisboa para o governador, a fim de serem auxiliados no ataque a Buenos Aires, ou a qualquer outro lugar na posse da Coroa espanhola no Rio da Prata. Este mostrou-se bastante satisfeito com a chegada dos navios britânicos e imediatamente preparou uma pequena esquadra de suporte, a qual, segundo Roberts, era constituída por um navio de 40 peças, uma *snow* de 18, e outras cinco pequenas embarcações, com 300 soldados, para além da guarnição de marinheiros. Tendo partido para o Prata no dia 21 de novembro, ali entraram a 9 de dezembro.

Esta descrição está perfeitamente de acordo com a documentação conhecida, nomeadamente com a descrição da segunda “Esquadra de Socorro” enviada à Colônia do Sacramento em novembro de 1762:²⁶

com efeito sahio felizmente nesta barra em o dia vinte e hum de Novembro, e constava das Mencionadas Naus Inglezas, sinco embarcações nossas de transporte, duas de Sua Magestade, armadas em guerra, a primeira de quarenta canhoens, e de dezoito a segunda, com todas as munhões de guerra e bocca, e mais gêneros que declara a relação N^o1. Com este avultado socorro, em que embarcarão trezentos homens escolhidos nos trez Regimentos da guarnição desta Praça com seus officiaes competentes comandados pelo Tenente Coronel Vasco Fernandes Pinto e Alpoim, e com seiscentos e sincoenta homens de desembarque que traziam as referidas duas Naus Inglesas. (AHU, Conselho Ultramarino, 1763, f. 2)

Segundo a relação referida no texto, enviada a Francisco Xavier de Mendonça Furtado, secretário de Estado da Marinha e do Ultramar, a constituição da esquadra era a seguinte:

Tabela 1

SEGUNDA ESQUADRA DE SOCORRO A SACRAMENTO (1762)			
Nome	Tipo	Armamento	Propriedade
<i>Lord Clive</i>	Nau	60	Particular GB
<i>Ambuscade</i>	Fragata	40	Particular GB
<i>Nossa Senhora da Glória e Santa Anna</i> ²⁷	Fragata	40	Armada Real
<i>Nossa Senhora da Lapa</i>	Navio	18	Armada Real
<i>Nossa Senhora da Conceição e S. Bento</i>	Corveta		Rio Janeiro
<i>Jesus Maria José, Santa Ana e S. Joaquim</i>	Corveta		Rio Janeiro
<i>Nossa Senhora Madre de Deus e Senhora do Bomfim</i>	Corveta		Rio Janeiro
<i>Nossa Senhora do Rosário, Santo António e Almas</i>	Sumaca	8 (2 x 12 £ + 6 x 8 £)	Rio Janeiro

<i>Nossa Senhora da Conceição da Ponte e Bom Jesus das Portas</i>	Sumaca	8 (2 x 12 £ + 6 x 8 £)	Rio Janeiro
---	--------	------------------------	-------------

Como se observa, estes dados desmentem algumas informações difundidas, que o auxílio se compunha de um navio de 70 canhões e uma fragata de 68, transportando 600 homens, os quais teriam sido rapidamente recrutados à força (OELKERS, 2003, p. 28; BUSCHIAZZO, 2025, p.177), quando os 300 soldados, sob o comando do tenente-coronel Vasco Fernandes Pinto Alpoim,²⁸ eram procedentes dos três regimentos do Rio de Janeiro.

Em seguida, refere que, no dia 10, estando o navio fundeado, avistaram uma pequena embarcação, tendo ido em seu encalce o *Lord Clive* e a *Ambuscade*, a qual, após alguma resistência, foi rapidamente capturada. Era uma escuna espanhola de 60 toneladas, armada com 8 peças de 3 libras (6 de bronze e 2 de ferro), que se dirigia de Nova Colônia para Montevidéu. Esta presa, mais do que o navio em si, foi de grande importância, pois graças a ela se confirmaram as suspeitas da Colônia ter sido capturada pelos espanhóis, no mês anterior. Esta notícia era já do conhecimento do Rio de Janeiro desde o dia 8, com a chegada àquele porto dos refugiados. A violenta tempestade com que a esquadra de socorro teve de se defrontar à entrada do Prata, no dia 7, impediu que ela se cruzasse com os navios que regressavam de Colônia.

O comandante Alpoim só foi informado disso no dia 12, pois tinha sido encarregado por Macnamara de levar ao governador de Colônia as ordens de Bobadela, provavelmente no *Nossa Senhora da Lapa* (que designa como pacote de El Rey). Alpoim não pôde naturalmente cumprir a missão, tendo observado um comportamento suspeito dos navios ancorados defronte da praça:²⁹

[...] indo a bordo da Nau Capitania a expor a justa desconfiança, pela qual retrocedi; achei a novidade da presa, que haviam feito os Inglezes em huma Falúa dos Castelhanos, que hia para Monte Vidio, e desta se nos divulgou a entrega da Praça, justificada nas cópias da Capitulação, que derão a ver. (AHU, Conselho Ultramarino, 1763)

Não obstante o descontentamento gerado pela notícia, nomeadamente perante a perda de um porto amigo para reabastecimento, não se deixaram desanimar e decidiram deixar Montevidéu, subindo o rio, pelo Canal Norte, para atacar Buenos Aires. O percurso não foi isento de “muito trabalho e dificuldade”, mormente para o *Lord Clive*, devido à pouca profundidade das águas, desadequadas para um navio daquele porte.

Tendo chegado à vista de Colônia no dia 21 de dezembro (dia 16, segundo Alpoim), encontraram ali fundeadas uma fragata de 30 peças e outra de 20, além de outras embarcações menores. Tentaram atravessar para o lado de Buenos Aires, mas confrontados com ventos contrários e encalhes, em “águas com 13 a 16 pés de profundidade” (cerca de 4 a 5 metros), e desconhecendo a zona, foram obrigados a regressar.

Na madrugada de 25 de dezembro, os ingleses tentaram surpreender as duas fragatas da esquadra de d. Carlos José de Sarriá, ancoradas frente às muralhas da praça, cortando as amarras. Segundo Roberts, a iniciativa falhou, porque três dos botes do *Lord Clive*, comandados pelos seus primeiro, segundo e quarto tenentes, nem sequer se aproximaram dos seus alvos. Esta situação irritou fortemente o capitão Macnamara e gerou um

forte sentimento de desconfiança sobre os seus oficiais.

O plano de ataque a Buenos Aires parecia manter-se, para tranquilidade de todos.³⁰ Porém, inesperadamente, no dia 28, Macnamara resolveu desistir completamente desta ideia, o que criou algum conflito com Guilherme Roberts, que insistentemente o tentou demover, o que “quase causou uma disputa entre nós”. Naturalmente, esta decisão colocava em questão o objetivo com que a maioria embarcara na expedição, deixando muitos britânicos descontentes, movidos pelas promessas de pilhagens.

Talvez, como forma de compensação, nesse mesmo dia, Macnamara convocou Roberts ao *Lord Clive*, dando-lhe conta que iriam atacar Montevideú, defronte do qual se encontrava o navio espanhol *Santa Bárbara*, que poderia constituir um apetecível saque. No dia 31, foram dadas ordens ao tenente-coronel Vasco Alpoim para que tivesse as tropas prontas para o assalto.

Estando a frota fundeada frente a Montevideú, desde o dia 1º de janeiro de 1763, tudo se iria alterar, nesta empresa tão repleta de contrariedades e mudanças de rumo, no dia 3 de janeiro (dia 2, segundo Alpoim). Quando Macnamara encontrava-se numa pequena embarcação a sondar o fundo, foi avistado um navio ao longe, tendo os ingleses ido rapidamente ao seu encontro. Conforme narra Roberts, “era um navio de aviso português enviado pelo governador do Rio de Janeiro, trazendo cartas para Macnamara. Era comandado por um inglês que servira muitos anos o rei de Portugal no Rio da Prata e conhecia bem aquele rio”. Segundo um tenente do *Ambuscade*, “era um inglês que tinha estado naquele rio durante 23 anos, e era o melhor piloto que os portugueses tinham” (THE SCOTS MAGAZINE, 1763, p. 726).³¹

Tratava-se efetivamente do iate *S. João*

Batista, comandado pelo capitão-tenente das fragatas de guerra, Guilherme Kelly,³² expedido pelo governador Gomes Freire de Andrade, assim que tomou conhecimento da queda da Colônia, para ir ao encontro da frota de socorro, sendo artilhado e guarnecido de tropas.

Curiosamente, Roberts não faz qualquer menção ao suposto conselho de guerra que teria sucedido no dia seguinte (com os três comandantes), em consequência da chegada de Kelly, com a respetiva carta do governador do Rio de Janeiro (que, entretanto, falecera no dia 1º). Deste conselho, resultaria uma nova mudança de planos, tornando à ideia de atacar a Colônia do Sacramento.³³

Diversamente do que tem sido referido, na sua missiva, Gomes Freire não ordenava a Macnamara que atacasse ou que desistisse da empresa, retirando-se para o Rio de Janeiro. Pelo contrário, o governador tinha ficado tão perturbado com a trágica notícia da tomada da Colônia do Sacramento, que estava hesitante sobre o que fazer e perguntava ao comandante inglês se desejava que lhe fossem enviados reforços, numa nova expedição de socorro, que estaria pronta ao final de janeiro, ou se preferia desistir da expedição:³⁴

Como pella novidade inesperada não posso discorrer com alguma probabilidade, direi, o que nesta apertada occazião se me oferece, e he, que encontrando V. Ex.^a o Capitão Tenente Guilherme Kelly e conferindo segundo o que ahy ocorrer, se me despache huma Embarcação das pequenas; pois as há humas boas de vella, e nella me diga V. Ex.^a se o devo socorrer com mayor força, tanto de Embarçoens, como de Tropas, com os víveres, e munições, que forem próprias, ou se dezempara essa Expedição. E para que sciente eu de V. Ex.^a se conserva dessa parte não tenha demora em o socorrer, entro

apromptar nova Esquadra e forte, que o estará no termo de hum mez, tempo que na prezente monção poderá bastar para hir o Capitão Tenente Guilherme, e voltar a resposta, podendo estar a nova Esquadra no fim de Janeiro, ou com antecedência incorporada a que V. Ex.^a comanda. (AHU, Conselho Ultramarino, 1763)

A missão de Kelly era apenas a de voltar com a resposta, mas, infelizmente (para ele), não foi isso que sucedeu. Macnamara, confiante nas suas capacidades, ignorou os reforços que se lhe ofereciam,

da praça fossem usadas contra os navios. A capitânia colocou-se perto do baluarte de Santa Rita, frente à praia do colégio, do lado ocidental; o *Ambuscade*, face ao baluarte de S. Pedro de Alcântara; e o *Nossa Senhora da Glória e Santa Ana*, alinhado com o bastião de S. Miguel, na parte sul. Fig. 3. As restantes embarcações que transportavam as tropas, mantiveram-se a uma distância segura da artilharia, aguardando a sua vez de intervir no desembarque.

Por volta das 12h30 (13h30, segundo Alpoim), uma das baterias da fortaleza começou a disparar contra os navios. Co-

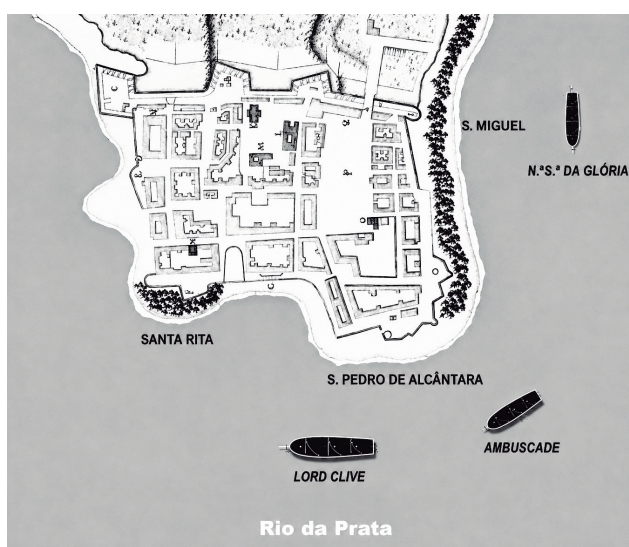


Figura 3 – Posição dos navios frente à Colônia do Sacramento a 6 de janeiro de 1763, segundo mapa do brigadeiro José Custódio de Sá e Faria © Nuno Saldanha, 2025.

e não quis esperar mais tempo, talvez porque as tripulações já se encontravam há mais de um mês no estuário do Prata, sem quaisquer proveitos. Deixaram Montevideu no dia 4 e chegaram à vista de Colônia no dia 6 de janeiro.

Macnamara fez uso da experiência de Kelly como prático do rio, que passou a bordo do *Lord Clive*, e o guiou pelo canal, aproximando-se da fortaleza. Foi decidido fazer um ataque em três pontos diferentes, o que nos parece um erro, ao dispersar as forças, e permitindo que todas as baterias

firmasse a iniciativa ter partido da praça (bateria de S. Miguel?), e não da frota que, naturalmente, não sendo fixa, levava mais tempo para se posicionar. O *Lord Clive* foi o primeiro a ancorar, seguindo-se o *Ambuscade*, que se posicionou a cerca de 370 metros da capitania (2 *Cables Length*), fundeando com a âncora pequena de bombordo da proa.³⁵

Para além das baterias, Roberts refere que os navios tiveram de se defrontar com uma fragata espanhola, “que acabou por encalhar a grande distancia”. Segundo Al-

poim, eram duas fragatas (*Victoria* e *Santa Cruz*, de Sarriá?), o que está de acordo com o que tinha sido avistado no dia 21 de dezembro, mas que apenas a segunda teria entrado em combate:³⁶ “depois de se rectirarem os dous navios espanhoes, havendo o segundo feito por algum tempo bastante fôgo às Naos Inglezas”. Fig. 4

Por volta das 2h da tarde, o *Lord Clive* abandonou a sua posição e foi caçar as duas fragatas que encalharam no lado oeste, silenciando as suas baterias. Frequentemente ignorado, o fato é que, ao fim de duas ou três horas de fogo intenso, a batalha parecia estar ganha para os atacantes. Segundo Roberts, “Pelos 15h00, o fogo abrandou e pudemos observar que a guarnição em terra, com grande dificuldade, era mantida nos canhões”. O relato do *Annual Register*, de 1763, confirma-

-o, dizendo que “As baterias espanholas estavam quase silenciadas. Os ingleses esperavam ver as bandeiras espanholas imediatamente arriadas”. Alpoim acrescenta ainda que muitos começavam mesmo a abandonar a praça “confusos do incessante ardor com que as Naos os batião neste conflicto”. Veja-se também o relato de Maria Lourença de Lare, viúva de Guilherme Kelly: “E sucedendo, quando já aquella infeliz Praça estava quase desamparada da gente, arruinada, e para ser no outro dia assaltada” (AHU, Conselho Ultramarino, 1763).³⁷

O próprio Roberts, na parte final da carta, sustenta que,

estou certo de que, não fosse o infortúnio que sucedeu ao Lord Clive, a praça ter-se-ia rendido. Estou bem



Figura 4 – William Elliott, *The Attack of Nova Colonia in the River Plate in 1763, under the Command of Captain John Macnamara*, óleo s/ tela, 1791. © Crown Copyright: UK Government Art Collection, 3437.

Note-se a presença das fragatas espanholas em combate com os navios ingleses.

certo disso pelo seu comportamento anterior [dos defensores] durante algum tempo e pelos relatos que desde então chegaram aqui. (AHU, Conselho Ultramarino, 1763, f. 2)

Entretanto, inesperadamente, aconteceu o “milagre” que viria a alterar por completo o rumo da batalha, no que se pode designar como um “*critical turning point*”. Pouco antes das 16h, Roberts observa que, na câmara dos oficiais do *Lord Clive*, irrompia um enorme incêndio, e “o fogo já estava tão avançado que era impossível extingui-lo.” Esta situação reflete-se na descrição do *Annual Register*, quando descreve que,

Quando a vitória parecia garantida, por algum acidente desconhecido, o navio pegou fogo. Em instantes, estava completamente em chamas. No mesmo momento tornou-se evidente tanto o incêndio quanto a impossibilidade de o apagar. (AHU, Conselho Ultramarino, 1763)

Não se conhecem, até à data, as razões que estiveram na base deste inesperado incêndio — acidente, sabotagem, tiro dos baluartes, tiro das fragatas inimigas? Tem-se referido frequentemente como sua causa o uso de uma “bala vermelha”, mas nenhuma das descrições coevas lhe faz referência, ou do seu dano em outros navios.

Para não dilatarmos por demasiado a descrição dos eventos, no tocante ao infortúnio do *Lord Clive* e sua tripulação, detalhadamente descrita em outras fontes, iremos centrar a narrativa no *Ambuscade*.

Entretanto, a confusão instala-se e as baterias da Colônia voltavam a fazer fogo contra os navios. O comandante Roberts apercebe-se que o *Lord Clive* mudara da sua posição inicial e se aproximava perigosamente do *Ambuscade*, levado pela corrente, o que o levou a cortar a amarra e imediatamente bracear para trás a vela

de gávea de vante. “Se a vela tivesse enchido, teríamos inevitavelmente partilhado o mesmo destino ou encalhado e perdido o navio; ao conseguirmos pôr-lhe a proa ao vento, enchemo-la e içamos o traquete”. Durante esta manobra, o navio recebeu um tiro na popa que lhe despedaçou o leme. Embora tendo conseguido afastar-se do alcance das peças da praça, acabou por encalhar a duas braças de água. Finalmente, pelas 19h, o vento começou a soprar, o que permitiu içar todo o pano e forçar o navio a mover-se pelo lodo. Enquanto o *Lord Clive* continuava a arder, o *Ambuscade* conseguiu resgatar do mar 19 homens (ou 21, segundo outra fonte), mais outros 7 que estavam numa pequena embarcação.

Efetivamente, muitos dos tripulantes da capitânia atiraram-se ao mar, tentando nadar até à costa. Mas Cevallos, naquilo que hoje constituiria um crime de guerra, ordenou disparar contra os náufragos (BUSCHIAZZO, 2025, p. 181), segundo uns, com receio de que os soldados do navio, chegando à praia, entrassem em conflito com os defensores. Rondando as cerca de 250 baixas (se a tripulação era de 350), o número exato está ainda hoje por apurar, entre os que faleceram no navio, os afogados ou mortos a tiro no rio, assim como os oficiais que foram condenados e enforcados depois de terem conseguido chegar à terra.

Segundo uma lista publicada por Oelkers, existente no Archivo Regional de Colônia (Registro 107, doc. 6), teriam sobrevivido 9 oficiais, 5 guardas-marinhas e 64 tripulantes (OELKERS, 2003, p. 51), aos que se deverão acrescentar os 26 resgatados pelo *Ambuscade*. Quanto ao próprio Macnamara, existem diversas versões sobre o seu fim (OELKERS, 2003, p. 52): afogado, queimado ou mesmo que teria se suicidado. Veja-se a esse respeito o que narra o *Mercure de France*, segundo uma

carta recebida de Lisboa:³⁸

Após uma intensa e obstinada canhonada, os Ingleses forçaram os Espanhóis a retirar-se, quando de repente o fogo pegou no navio do Lord Clive, que saltou pelos ares. Então, os Espanhóis voltaram atrás e obrigaram os outros navios a regressar ao Rio de Janeiro. [...] Segundo alguns relatos, o Capitão Macnamara, que comandava esse corsário, desesperado com a perda do seu navio, rebentou os miolos com um tiro de pistola; mas, de acordo com outra versão mais provável, pereceu com trezentos e cinquenta homens da sua tripulação. (MERCURE DE FRANCE, 1763, p. 185)

O referido *Annual Register* também dá conta do ato de bravura de alguns marinheiros que, não sabendo nadar, corajosamente se mantiveram nos seus postos, continuando a disparar:

Relata-se uma circunstância desta cena terrível, extremamente impressionante e que caracteriza fortemente o espírito dos nossos marinheiros ingleses. Vários daqueles que não sabiam nadar, no meio de todo este horror e confusão, dirigiram-se às peças de artilharia inferiores e mantiveram um fogo constante sobre o inimigo, até serem forçados pelas chamas a morrer noutro elemento. (AHU, Conselho Ultramarino, 1763)

Outra baixa importante a considerar, embora não durante a batalha, foi a do tenente de mar e guerra Guilherme Kelly, que se encontrava a bordo do *Lord Clive*, como vimos. Embora dado como morto, o fato é que se lançou ao mar, nadando até à costa. Segundo um tenente do *Ambuscade*, teria saltado do navio na companhia do comandante Macnamara: “O Capitão M’Namara foi ferido na mão e no nariz por uma lasca de madeira, despiu-se, e saltou para o mar, juntamente com o Capitão

Williams, o piloto”.³⁹

Capturado, Cevallos tentou convencê-lo a passar para o lado espanhol, aliciando-o com diversas ofertas, mas Kelly recusou-se a trair o seu país de acolhimento. Como vingança, Cevallos desterrou-o para as ilhas de João Fernandes, na costa do Pacífico (grupo de ilhas a mais de 600 km da costa chilena), provavelmente encarcerado na Fortaleza de Santa Bárbara, na ilha Más a Tierra (atualmente chamada Robinson Crusoe). Morreu em cativeiro ao fim de seis anos e seis meses, sem que as autoridades espanholas tenham notificado a sua existência, e sem que a família soubesse da sua situação, durante mais de vinte anos.⁴⁰

As baixas do *Nossa Senhora da Glória* e *Santa Ana* foram mínimas, tendo apenas perecido dois soldados, um marinheiro e um escravo, além de vários feridos.

Quanto ao *Ambuscade*, Guilherme Roberts fornece uma descrição detalhada relativamente ao estado em que ficou o navio, bem como das baixas da sua tripulação, como seria de esperar de um relatório para os seus investidores e proprietários.

Segundo ele, sofreu grandes estragos no casco, mastreação e massame. O mastro grande foi atingido em três pontos e ficou inutilizado; o traquete foi perfurado numa parte; também danificados o mastaréu principal e do velacho; destruídas quase todas as vergas, escaleres, aparelho fixo e de laborar. O casco sofreu entre 40 a 50 impactos, todos de peças de 24 £, de tal modo “que mal conseguimos mantê-la a seco com todas as bombas a trabalhar constantemente”; duas peças e três reparos de peças da tolda inutilizadas, assim como três reparos de peças de 12 £.

Quanto às baixas, como vimos, não foram significativas, nem tão altas como tem sido referido, contando 13 mortos e 24 feridos, conforme a listagem que aqui se reproduz.⁴¹

Tabela 2

LISTA DE BAIXAS DO AMBUSCADE A 6 JAN. 1763				
Nº	NOME	CARGO	SITUAÇÃO	NOTAS
1	Spencer Dominy	guarda-marinha	morto	
2	Thomas Ridlington	voluntário	morto	
3	Andrew Brownsmith	marinheiro	morto	
4	Thomas Richards	marinheiro	morto	
5	Richard Shepherd	marinheiro	morto	
6	Andrew Coombes	marinheiro	morto	
7	William Pooley	marinheiro	morto	
8	William Hollis	marinheiro	morto	
9	Thomas Bishop	marinheiro	morto	
10	Joseph Ansony	marinheiro	morto	
11	Farril Lynch	marinheiro	morto	
12	William Hardwicke	marinheiro	morto	
13	William Wood	marinheiro	morto	
1	John Lum	carpinteiro	morreu depois	perna amputada acima do joelho
2	John Williams	contramestre	morreu depois	amputação na coxa
3	John Thomas	marinheiro	morreu depois	ombro fraturado e dilacerado
4	Thomas Wright	marinheiro	morreu depois	braço amputado
5	Joseph Imbert	marinheiro	em recuperação	braço e mão amputados
6	John Caudel	marinheiro	em recuperação	braço amputado
7	John Cook	marinheiro	em recuperação	braço amputado
8	James Coney	marinheiro	em recuperação	pulso despedaçado e braço lesionado
9	William Gibbons	marinheiro	em recuperação	coxa lesionada e lacrada, braço desfeito e tiro na barriga
10	John Newman	marinheiro	em recuperação	perna dilacerada
11	George Johnson	marinheiro	em recuperação	ferimento anal
12	John Jones	marinheiro	em recuperação	ferimento na perna
13	Thomas Curtis	guarda-marinha	total recuperado	perna lesionada e dilacerada

14	William Drisdale	contramestre	total recuperado	braço dilacerado
15	Andrew Staffeild	marinheiro	total recuperado	perna lesionada
16	Thomas Batk- ersby	marinheiro	total recuperado	peito lesionado
17	Thomas Rose	marinheiro	total recuperado	coxa dilacerada
18	Constant Jean	marinheiro	total recuperado	ferimento na cabeça
19	Francis Sopart	marinheiro	total recuperado	peito e perna dilaceradas
20	Archibald Curry	marinheiro	total recuperado	perna e coxa lesionadas
21	Jacomo Massei	marinheiro	total recuperado	perna e coxa lesionadas
22	William Limmer	marinheiro	total recuperado	ferimento na cabeça
23	Mathew Riley	marinheiro	total recuperado	ferimento na cabeça
24	Charles Rex	marinheiro	total recuperado	ferimento na coxa

Quanto ao balanço da missão e ao desempenho do *Ambuscade*, em particular, o mencionado oficial do mesmo escreveu o seguinte:⁴²

Temos recebido relatos, desde que aqui estamos, vindos de Colónia, nos quais mencionam que causámos tantos estragos que nem valia a pena reparar os fortes nem as casas, e que matámos 500 pessoas. Dizem que, quando entrámos, nada pensaram do nosso navio, mas que fomos nós quem lhes causou maiores danos; e que o Governador por duas vezes deu ordens para que as cores fossem arriadas antes de o *Lord Clive* pegar fogo. (THE SCOTS MAGAZINE, 1763, p. 728)

EPÍLOGO

Depois de alguns rápidos consertos, executados por carpinteiros portugueses que subiram a bordo do *Ambuscade*, regressou ao Rio de Janeiro, agora capital do Vice-Reinado, acompanhando o resto da frota, e com dificuldade, no dia 3 de março de 1763, onde começou a ser reparado. Entretanto, ali recebeu a notícia de que se estabelecera a paz (Tratado de Paris, ratificado em fevereiro), a qual levou a que quase toda a tripulação abandonasse o navio,

“ficando apenas alguns grumetes e marinheiros inexperientes” (*landsman*).⁴³

Ao fim de três meses, em junho, estando as obras de conserto concluídas, Roberts planeou partir em curso para sul, ao longo de seis semanas, e capturar algumas embarcações de regresso ao Rio da Prata, com os poucos ingleses que restavam da sua tripulação, e alguns portugueses que conseguiu reunir, dado que, “segundo os artigos preliminares de paz, todos os prêmios tomados, levados para estaleiros da zona equinocial, seriam válidos, até seis meses após a assinatura do tratado definitivo”.

Depois disso, contava voltar ao Rio de Janeiro para aguada e partir de imediato para Lisboa, para receber instruções, mas não para Londres, pois “será impossível entrar no Canal da Mancha com a minha fraca guarnição sem risco de perder o navio”.

No entanto, embora a Guerra dos Sete Anos tivesse terminado, o mesmo não sucedia no Brasil, com a continuidade da invasão de Cevallos pelo litoral e a tomada da vila do Rio Grande, em abril. Isto acabou por frustrar os planos de Roberts, que foi rapidamente requisitado, com o seu navio, para a defesa de Santa Catarina, mantendo-se em serviço no Atlântico Sul.

Conforme refere Rego Monteiro a Junta Governativa,⁴⁴ mandou reparar o *Ambuscade*, e com ele formar uma nova frota:

mandou consertar a corsária inglesa *Ambuscade* que, com mais embarcações, formaram uma esquadilha comandada pelo capitão inglês de mar-e-guerra William Roberts. Ao zarpar do Rio de Janeiro, ficaria à disposição do governador Francisco Antônio Cardoso de Menezes e Souza. A esquadilha foi comboiada por três navios mercantes, que conduziram 90 soldados granadeiros, 190 fuzileiros, munições de guerra e boca, além de cem cruzados, sendo 60 destinados à Santa Catarina e 40 mil ao Rio Pardo. (MONTEIRO, 1935, p. 105-106)

Segundo ofício ao governador da Ilha de Santa Catarina, era este notificado do envio de uma esquadra de socorro, constituída por três embarcações de guerra e outras três de transporte, protegidas pelo [navio] corsário inglês, comandado por Roberts, no qual seguiam 60 mil cruzados em dinheiro, 300 soldados fuzileiros e granadeiros, víveres e petrechos. Meneses e Sousa deveria seguir as indicações de Roberts no tocante aos meios de defesa da ilha, e outras operações necessárias (REVISTA DO IHGB, 1869, p. 322-323). Na sua resposta à Junta, Guilherme Roberts relatava que já havia assentado os pormenores de defesa com o dito governador e que entendia não haver nada a recear no

tocante aquela ilha.

Desconhecemos qual o fim da fragata *Ambuscade* e em que circunstâncias, mas Roberts regressaria a Lisboa, embora por pouco tempo. Com a “Segunda Expedição de Cevallos”, em 1776, o secretário de Estado da Marinha, Martinho de Melo e Castro, a 5 de abril de 1777, ordenava que o mesmo se deslocasse imediatamente para o Rio de Janeiro, a fim de entregar correspondência e logo regressar com o dinheiro dos Quintos, a bordo da sua nova fragata, a *S. João Batista*.⁴⁵ Durante vários anos, pelo menos até 1783, Roberts cruzaria o Atlântico fazendo a ligação entre Lisboa e o Rio de Janeiro, como comandante da *S. João Batista*, tendo recebido sempre grande estima e apreço dos seus superiores, como o atesta o comentário do vice-rei, marquês do Lavradio: “O Capitão de Mar e Guerra Guilherme Roberts Comandante da dita Fragata, se tem conduzido muito bem em todo o tempo que aqui tem estado, conservando por huma tal forma a Guarnição, e Equipagem da mesma Fragata, que não cometerão aqui a mínima desordem” (Conselho Ultramarino, 1777).⁴⁶

Até ao seu falecimento, a 10 de novembro de 1784, esteve ainda no comando de outros navios da Armada Real portuguesa, como da fragata Nazaré (set./nov. 1770), da fragata *Princesa do Brasil* (out./dez. 1774, condução do embaixador de Marrocos e comitiva a Tânger), e da nau *Santo António* e *S. José* (nov. 1780).

REFERÊNCIAS

Fontes manuscritas

Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa

Manuscritos Reservados, cota COD. 1985

Demonstracion Convicente de la Extension del Territorio, en que está situada la Colonia

del Sacramento. *In: Papeis origin[ais] pertencentes à entrega da Collonia do Sacramento, raros e particulares.* [1725-1736].

Relacion delo acaecido en Buenos Ayres desde el ingresso a aquel governo del Brigadier D. Miguel Salcedo acerca de arreglar los limites de la Colonia del Sacramento. *In: Papeis origin[ais] pertencentes à entrega da Collonia do Sacramento, raros e particulares.* - [ca. 1736].

Razões com que se prova quais sejam o Território, e Colonia do Sacramento, que S. M. C. se obrigou a restituir a Portugal pelo Tratado e Utrecht. *In: Papeis origin[ais] pertencentes à entrega da Collonia do Sacramento, raros e particulares.* - [ca. 1736].

Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa

Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 24 jan. 1763. Cx. 65, D. 6180.

Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 14 mar. 1763. Cx. 66, D. 6199.

Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 5 abr. 1763. Cx. 66, D. 6254.

Conselho Ultramarino, Lisboa, 5 abr. 1777. Cx. 102, D. 8737.

Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 31 out. 1777. Cx. 104, D. 8821.

Conselho Ultramarino, Lisboa, 7 nov. 1788. Cx. 132, D. 10526.

Biblioteca Central da Marinha, Arquivo Histórico, Lisboa

TEIVE, João da Costa de Atayde. *Livro Mestre da Corporação dos Oficiais da Marinha*. 16 set. 1780. Livro 1, f. 31. PT/BCM-AH/30A/01/001-008/0385.

The National Archives, Kew, Richmond

LETTER from E. Hay to Earl of Egremont. 1763, June 22, f. 188, SP 89/58/70.

LETTER from E. Hay to Earl of Egremont. 1762, Nov 8. f. 236. SP 89/57/87.

National Maritime Museum, Greenwich, Londres

LETTER from William Roberts to Messrs Cook, Waller and Hutchinson, owners of the *Ambuscade*, on the 6th January 1763. Manuscript. RBT/3.

ARTICLES of agreement between the crew and owners of the *Ambuscade*. Manuscript. RBT/2.

Fontes impressas

A letter from a Lieutenant on board the *Ambuscade* to his friend in London. *The Scots Magazine*. Edinburgh: Sands, Murray and Cochran. v. XXV, appendix, 1763, p. 724-728.

Documentos sobre a perda do Rio Grande de S. Pedro (junho de 1763). *In: Revista trimestral do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil* [atual *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)*]. Rio de Janeiro: B. L. Garnier – Livreiro-editor, t. XXXII, pt. 1, 1869.

SALDANHA, Nuno. A Esquadra de Socorro anglo-portuguesa a Colônia do Sacramento em 1762 – 1763: um relato inédito do capitão William Roberts da fragata *Ambuscade*.

MERCURE de France. Aoust 1763, p. 185. De Lisbonne, le 22 Juin 1763.

NOTICIA e justificação do titulo, e boa fee com que se obrou a Nova Colonia do Sacramento, nas terras...: e Tratado Provisional sobre o novo incidente cauzado pelo Governador de Buenos Ayres, ajustado nesta Corte de Lisboa pelo Duque de Jovenaso Principe de Chelemar Embaxador Extraordinario de ElRey Catholico, com os Plenipotenciarios de Sua Alteza: aprovado, ratificado, & confirmado por ambos os Principes. Lisboa: na Impressão de Antonio Craesbeeck de Mello Impressor da Casa Real, 1681.

THE ANNUALregister, or, a view of the history, politicks, and literature for the year. v. 6 (The sixth edition), chap. IV. London: J. Dodsley, 1763, p. 15-18.

TRATADO de pax entre o muito alto, e muito poderoso principe D. João, o V... e o muito alto, e muito poderoso Principe D. Filipe V,... Rey Catholico de Hespanha. Feito em Utrech, a 6 de Fevereiro de 1715. Lisboa: [s.n.], 1715-1720.

Bibliografias

BARBA, Enrique. *Don Pedro de Cevallos, Gobernador de Buenos Aires y virrey del Río de la Plata*. La Plata: Universidad Nacional, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1937.

BICALHO, Maria Fernanda; MARIZ, Vasco. A grande ameaça de Luís XV: A abortada expedição do conde d'Estaing contra o Rio de Janeiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, v. 444, n. 444, , jul/set p. 103-127, 2009.

BOXER, Charles R. *O Império Marítimo Português, 1415-1825*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 1981.

BUSCHIAZZO, Marcelo Díaz. Ataque de la flota combinada anglo portuguesa a la Colonia del Sacramento. El hundimiento del navío Lord Clive, 1763. In: REITANO, Emir; POSSAMAI, Paulo (coord.). *Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis*. Argentina: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UNLP), 2025, p. 176-184.

COUTO, M. F. *A Colônia do Sacramento: Um entreposto luso-brasileiro no Rio da Prata*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

ESPARTEIRO, António Marques. *Catálogo dos Navios Brigantinos (1640 – 1910)*. Lisboa: Publicação do Centro de Estudos e Marinha, 1976.

FERNÁNDEZ, Juan Marchena. Del Tajo al Amazonas y al Plata: las repercusiones atlánticas de las guerras entre las Coronas española y portuguesa en la Edad Moderna (1640 – 1777). In: REITANO, Emir; POSSAMAI, Paulo (coord.). *Hombres, poder y conflicto: Estudios sobre la frontera colonial sudamericana y su crisis*. Argentina: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UNLP), 2025, p. 12-116.

GOLIM, Tau. *A Fronteira: 1763 – 1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil Meridional*. v. 3. Passo Fundo: Livraria e Editora Méritos, 2015.

HALPERÍN DONGHI, T. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos (1750 – 1850)*. Madrid: Alianza Editorial, 1985.

JUMAR, F. A. Colonia del Sacramento y el complejo portuario rioplatense, 1716-1778. In: SILVA, H. (org.), *Los caminos del Mercosur: Historia económica regional*. México: Instituto Panamericano de Geografía e Historia, 2004, p. 161-199.

KÜHN, F. The smugglingslave trade in the Colonia do Sacramento (1722 – 1777). *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, p. 443-463, 2017.

MARLEY, David. *Wars of the America*. Santa Barbara (CA): ABC-CLIO, 1998.

MARTINS, Helio Leoncio; BOITEAUX, Lucas Alexandre. Campanha Naval na Guerra Cisplatina. In: *História Naval Brasileira*. v. 3, t. I. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil/SDM, 2002, p. 163-206.

MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil e Portugal – 1750-1808*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MONTEIRO, Rodrigo Borges. Nas fronteiras do Antigo Regime: A Colônia do Sacramento no século XVIII. In: *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa: Instituto Camões, 2008.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680 – 1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. Dominação espanhola no Rio Grande do Sul (1763-1777). In: *Anais do I Congresso de Língua Nacional Cantada*. Rio de Janeiro, 1935.

OELKERS Adolfo Kunsch; VÁRESE, Juan Antonio. *Incendio y naufrágio del Lord Clive*. Montevideo: Torre del Vigía – Ediciones, 2003.

OLIVEIRA, C. F. de. *O Prata entre impérios: A política externa portuguesa e a construção do espaço platino, 1680 – 1801*. Tese (Doutorado em História). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2006.

POSSAMAI, Paulo César. O Porto mais ao sul da América Portuguesa: a Colônia do Sacramento. In: *Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro: Letras Marítimas, v.19, n.38, p. 95 - 109, 2023.

POSSAMAI, Paulo César; SANTOS, Rodrigo Salaberry dos. As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736 – 1737. In: *Navigator: Subsídios para a História Marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Letras Marítimas, v. 8, n. 15, p. 62-74, 2012.

POSSAMAI, Paulo César, De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777. *Topoi*. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul./dez, p. 23-36, jul./dez. 2010.

POSSAMAI, Paulo César, A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português. *História em Revista*. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, v. 12-

SALDANHA, Nuno. A Esquadra de Socorro anglo-portuguesa a Colônia do Sacramento em 1762 – 1763: um relato inédito do capitão William Roberts da fragata *Ambuscade*.

13, p. 9-28, 2007.

POSSAMAI, Paulo César. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Fabrício Pereira. Anglo-Portuguese Cooperation in Eighteenth-Century Atlantic South America. In: PRADO, F.; GRIECO, V. L.; BORUCKI, A. (eds.). *The Rio de la Plata from Colony to Nations: Commerce, Society, and Politics*. New York: Palgrave Macmillan, 2021, p. 91-110.

PRADO, Fabrício Pereira. *Colônia do Sacramento: comércio e sociedade na fronteira platina (1716 – 1753)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

WINFIELD, Rif. *British Warships in the Age of Sail 1714 – 1792: Design, Construction, Careers and Fates*. Yorkshire: Seaforth Publishing, 2007.

NOTAS

¹ Falecido em abril de 2026, antes do fechamento desta edição da revista *Navigator*.

² Como se verifica, as baixas foram de apenas 13 mortos e 24 feridos (sobretudo amputados, e quatro deles acabariam por falecer), números bem inferiores aos 80, ou mesmo aos 105 mortos e 40 feridos, apontados por David Marley (MARLEY, 1998, p. 442).

³ Sem qualquer desprimor pelos estudos publicados sobre o assunto por diversos autores, destaque para, entre outros, os trabalhos do grande estudioso deste assunto, Paulo César Possamai: “O Porto mais ao sul da América Portuguesa: a Colônia do Sacramento” — In: *Navigator*: Subsídios para a História Marítima do Brasil, 19 (38), p. 95-109, 2023. *Idem*: “De núcleo de povoamento à praça de guerra: a Colônia do Sacramento de 1735 a 1777” — In: *Topoi*. Revista de História, v. 11, n. 21, p. 23-36, jul./dez. 2010. *Idem*: “A Colônia do Sacramento: uma praça de guerra do império colonial português” — In: *História em Revista* (UFPEL), v. 12-13, p. 9-28, 2007. *Idem*: *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Livros do Brasil, 2006.

⁴ Embora só tornado efetivo em junho de 1701, já em plena Guerra da Sucessão Espanhola, e num momento em que Portugal apoiava inicialmente as pretensões de Filipe V.

⁵ *TRATADO de pax entre o muito alto, e muito poderoso principe D. João, o V... e o muito alto, e muito poderoso Principe D. Filipe V,... Rey Catholico de Hespanha. Feito em Utrecht, a 6 de Fevereiro de 1715*. Lisboa: [s. n.], 1715 – 1720.

⁶ Arquivo do Conselho Ultramarino, IHGB, 1.1.21, v. 21, p. 173. Cit. por MONTEIRO, 2008.

⁷ O mesmo autor refuta, mais adiante, o raciocínio do secretário de Estado e marquês de Grimaldi (José de Grimaldo y Gutiérrez de Solórzano, 1660-1733), que sustentava o seu parecer no seguinte argumento:

“Dice el Marquez de Grimaldo que quando en el tratado de la restitucion de alguna plaza, o lugar no se expresan com individualidade y distincion los espácios, jurisdicciones, medidas y términos del Territorio, este solo se deve entender lo que alcanza el tiro de una pieça de veite y quatro libras”. (f. 4)

Nota: uma peça de 24 libras, tinha um alcance aproximado de 900 a 1.400 metros. Depois de uma extensa argumentação apresentando exemplo do significado de “território” em diversos autores europeus, transcreve precisamente um dos artigos do Tratado de 1715, que contraria o secretário espanhol: “los limites y confines de las dós Monarchias quedassen en el mismo estado, que tenian antes de aquella guerra” (f. 8). Um outro manuscrito, inscrito na mesma miscelânea, em língua portuguesa, traz uma descrição deste debate de interpretações e os argumentos usados por ambas as partes: “Razões com que se prova quais sejam o Território, e Colonia do Sacramento, que S. M. C. se obrigou a restituir a Portugal pelo Tratado e Utrecht” (f. 38 e seguintes).

⁸ BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL. Relacion delo acaecido en Buenos Ayres desde el ingresso a aquel governo del Brigadier D. Miguel Salcedo acerca de arreglar los limites de la Colonia del Sacramento, ca. 1736, f. 20.

⁹ Sobre este cerco, cf. POSSAMAI; SANTOS, 2012.

¹⁰ Para uma descrição amplamente detalhada deste conflito, cf. a importante obra de Tau Golim, *A Fronteira: 1763 – 1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil Meridional* (v. 3, Livraria e Editora Méritos, 2015).

¹¹ Trata-se de Jean Baptiste Charles Henri Hector, conde d’Estaing (1729 – 1794), que teve uma brilhante carreira militar, sendo promovido a brigadeiro quando da Guerra dos Sete Anos. Depois de servir na Índia, foi nomeado como tenente-general dos Exércitos Reais e da Armada Real por ocasião do plano da expedição ao Brasil. Serviu também na Guerra da Independência Americana como vice-almirante, ajudando os revoltosos americanos. Teve um fim trágico, sendo condenado à morte e guilhotinado em Paris, no dia 28 de abril de 1794. Para uma completa biografia deste militar, cf. A obra de Jean Joseph Robert Calmon-Maison, *L’amiral D’Estaing (1729 – 1794)*. Paris: Calmann-Lévy, 1910. Segundo este biógrafo, as forças de d’Estaing totalizariam os 10 mil soldados e marinheiros (CALMON-MAISON, 1910, p. 84).

¹² Este interessante fato — inicialmente reportado por Calmon-Maison (1910, p. 81-85), depois mencionado sem grande detalhe por outros autores — foi recuperado e acrescentado pelo importante trabalho de Maria Fernando Bicalho e Vasco Mariz, vindo nos dar vários pormenores deste projeto de invasão do Rio de Janeiro, prevista para março de 1763, que, para infelicidade de Cevallos, foi anulado devido ao estabelecimento da paz entre as nações, com o Tratado de Paris.

¹³ Segundo refere Calmon-Maison, a Inglaterra estava ciente dos projetos de Choiseul e teria enviado para o Rio de Janeiro numerosa artilharia para a sua defesa (CALMON-MAISON, 1910, p. 85), o que, naturalmente, não seria suficiente para conter uma invasão

daquela escala.

¹⁴ Vejam-se os casos de Oscar C. Albino, Enrique M. Barba ou Carlos Roberts.

¹⁵ Para Buschiazzo, essa ideia teria partido da sugestão e de informações de um tal Joseph Reed, um comerciante inglês que vivera cinco anos em Buenos Aires, enquanto para Oelkers, este apenas se associou depois, ao ter conhecimento da expedição de Macnamara, a quem se apresentou.

¹⁶ Também tem sido apontado um valor superior, atingindo as 100 mil libras. (VÁRESE, 2003, p. 59)

¹⁷ *THE ANNUAL register, or, a view of the history, politicks, and literature for the year*. v. 6 (The sixth edition), chap. IV. London: J. Dodsley, 1763, p. 15-18.

¹⁸ Note-se que, quando Cevallos invade Colônia, grande parte dos navios que ali estavam fundeados eram ingleses.

¹⁹ Alguns textos referem-no como Roberto Macnamara, talvez uma confusão com William Roberts.

²⁰ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 24 jan. 1763. Cx. 65, D. 6180, f. 19-20. Também se conhece o contrato celebrado entre John Hutchinson, John Cook e Samuel Waller, proprietários do navio *Ambuscade*, e o capitão William Roberts, com a sua tripulação. O documento define as condições de serviço, especifica quem ficaria responsável pelo abastecimento do navio e estabelece a forma como seriam distribuídos os prêmios obtidos pelo *Ambuscade*. Um anexo apresenta a tabela das quotas atribuídas a cada posto a bordo. O acordo encontra-se assinado (ou rubricado) pela totalidade da tripulação, composta por 200 elementos, entre oficiais, marinheiros, recrutas e grumetes (National Maritime Museum, Greenwich, London, *Articles of agreement between the crew and owners of the Ambuscade*. Manuscript. RBT/2).

²¹ Muitos oficiais ingleses fizeram parte desta expedição, como, John Mac Namara, Robert Mac Douall (McDowell), ou William Roberts, tendo pouco depois chegado a Lisboa outros, como o tenente George Hardcastle (setembro), ou o Guarda-Marinha William Gallway (novembro).

²² Para termos uma ideia deste valor quase insignificante, veja-se que o seu custo inicial foi de £20.347,19, e que, só os reparos que sofreu nos estaleiros, de Plymouth em 1751, ascenderam a £11.652,5.

²³ Não sabemos o custo inicial da fragata, mas só as diversas reparações e modificações que sofreu, desde que foi capturada, atingiram mais de £9.800. Este valor tinha naturalmente em consideração o mau estado em que se encontrava o navio. Uma inspeção feita pelos oficiais de Deptford concluíra, em janeiro de 1762, que precisava de grandes reparações e recomendavam a sua venda (National Maritime Museum: The Caird Library and Archiv, ADM B/168).

²⁴ Biblioteca Central da Marinha, Arquivo Histórico, Lisboa. *Livro Mestre da Corporação dos Oficiais da Marinha*. Livro 1, f. 31. PT/BCM-AH/30A/01/001-008/0385.

²⁵ The National Archives, Kew, Public Records. Letter from E. Hay to Earl of Egremont, 1762, Nov 8. SP 89/57/87, f. 236.

²⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 24 jan. 1763. Cx. 65, D. 6180, f. 2.

²⁷ *Nossa Senhora da Glória e Santa Ana* (1759 – 1774). Embora muitas vezes referida como fragata, galeão ou simplesmente navio, deve identificar-se como uma charrua, mencionada por Marques Esparteiro (ESPARTEIRO, 1976, p. 62), que entrou no Tejo em 1759, vinda do Rio de Janeiro, e que fez várias viagens ao Brasil. Veja-se que o próprio Alpoim a designa como “Galeão”: “do Galeão também perecerão dous soldados, hum marinheiro, e hum escravo” (AHU, Conselho Ultramarino, 1763. Cx. 66, D. 6199). Ela não era uma fragata de 60 canhões, nem tão pouco foi incorporada na esquadra em Lisboa, como alguns referem (VÁRESE, 2003, p. 61).

²⁸ José Fernandes Pinto Alpoim, filho do Coronel José Fernandes Pinto Alpoim, foi tenente dos Granadeiros do Regimento de Artilharia da Praça do Rio de Janeiro, em 1755. Em 1760, Vasco Fernandes era sargento-mor da Companhia de Artilharia e, em 28 de março de 1763, foi nomeado tenente-coronel. Na sua relação dos acontecimentos, Alpoim confirma que tinha 300 homens sob o seu comando.

²⁹ AHU, Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro, 14 mar. 1763. Cx. 66, D. 6199.

³⁰ Não há qualquer referência aos eventuais disparos de artilharia dos baluartes da praça, da ilha de S. Gabriel, ou dos navios, que alguns autores indicam como razão do insucesso.

³¹ A letter from a Lieutenant on board the *Ambuscade* to his friend in London. Rio de Janeiro, 30 maio 1763. *The Scots Magazine*. Edinburgh: Sands, Murray and Cochran. v. XXV, appendix, 1763, p. 726.

³² Guilherme Kely, ou William Kelly, era um oficial inglês que prestou serviço em Portugal desde 1737, nomeado por d. João V com a patente de tenente de mar e guerra da Coroa (26 maio 1737), passando a capitão-tenente em 1760. Aqui, casou com Maria Lourença de Larre, com quem teve cinco filhos, e foi cavaleiro da Ordem de Cristo. Era comandante do iate *S. João Batista* desde agosto de 1759. Kely teve um papel importante — e também trágico — neste episódio. Graças a ele, Macnamara passou a ter à sua disposição um práctico experimentado do local, o que lhe permitiu navegar sem as dificuldades do início. Para o efeito, e para sua desgraça, Kely embarcou no *Lord Clive*.

³³ Este conselho é referido em diversas outras fontes coevas, como no ofício de E. Hay ao conde de Egremont, de 22 de junho de 1763.

³⁴ AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 24 jan. 1763. Cx. 65, D. 6180, cópia n. 6.

³⁵ O relato de Roberts não faz alusão à fragata *Nossa Senhora da Glória*, muito provavel-

mente porque, estando colocada na parte sul das muralhas, estaria fora do seu campo de visão.

³⁶ Segundo o referido tenente do *Ambuscade*, era uma fragata de 36 e outra de 28 peças, portanto muito semelhantes às referidas por Roberts em dezembro. Segundo ele, “ao início a fragata provocou grande dano, no velame, a matando três fuzileiros e ferindo vários outros, mas, depois de uma bordada do *Ambuscade*, rapidamente arream a sua bandeira, rendendo-se.

³⁷ AHU, Conselho Ultramarino. Rio de Janeiro, 5 abr. 1763. Cx. 66, D. 6254.

³⁸ *MERCURE de France*, Aoust 1763, p. 185. De Lisbonne, le 22 Juin 1763.

³⁹ *The Scots Magazine*. Edinburgh: Sands, Murray and Cochran. v. XXV, appendix, 1763, p. 727.

⁴⁰ AHU, Conselho Ultramarino. Lisboa, 7 nov. 1788. Cx. 132, D. 10526, f. 2.

⁴¹ Entre a tripulação do *Ambuscade*, estava o conhecido poeta Thomas Penrose (1742-1779), que, numa atitude quase romântica, trocara Oxford para embarcar nesta aventura. Sobre a sua experiência, escreveria uma melancólica elegia, intitulada “On Leaving the River Plate”, em 1763.

⁴² *The Scots Magazine*. Edinburgh: Sands, Murray and Cochran. v. XXV, appendix, 1763, p. 728.

⁴³ Na Royal Navy, “*landsman*” era um termo usado para marinheiros sem treino naval que serviam em navios de guerra. Eles eram frequentemente recrutados pela força (*impressment*) e recebiam um salário menor do que os marinheiros experientes.

⁴⁴ A Junta Governativa que assumiu o governo do Rio de Janeiro após a morte do conde de Bobadela, no dia 1º de janeiro, era composta pelo Bispo Frei António do Desterro Malheiro, João Alberto de Castelo-Branco e o Brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, pai do Comandante Vasco Fernandes.

⁴⁵ AHU, Conselho Ultramarino, Lisboa, 5 abr. 1777. Cx. 102, D. 8737. A fragata *S. João Batista*, de 38 peças, era a segunda da sua classe, construída sob projeto de Manuel Vicente Nunes no Porto, em 1769.

⁴⁶ AHU, Conselho Ultramarino, Rio de Janeiro, 31 out. 1777. Cx. 104, D. 8821.